

A Disputa pelo Território do Saara Ocidental e
os Refugiados Saarauis dos Campos de Tindouf

Iara Ferreira de Sena Balduino

Artigo apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista
em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília.

Universidade de Brasília

Orientador: Professor Doutor Pio Penna Filho

Brasília, 2015

Resumo

O Saara Ocidental é o único território continental africano que ainda não possui independência. O motivo é o processo histórico conturbado, associado a uma atuação errônea das Nações Unidas, o que resultou em uma guerra de quinze anos e uma espera de quarenta anos para o povo saaraui, tanto os que vivem no território ocupado pelo Marrocos, como os que aguardam esse dia nos acampamentos de refugiados em Tindouf, na Argélia. Esquecidos pela comunidade internacional, os saaraus anseiam por uma solução, que ao que tudo indica, não virá tão cedo.

Abstract

The Western Sahara is the only African mainland that does not have independence. The reason is the checkered history process associated to an erroneous action of the United Nations, which resulted in a fifteen-year war and a forty years waiting for the Saharawi people, both those living in the territory occupied by Morocco as those waiting this day in refugee camps in Tindouf, Algeria. Forgotten by the international community, the Saharawis long for a solution, it seems, will not come anytime soon.

Palavras-chave: Saara Ocidental. Independência. Refugiados.

Introdução

O Saara Ocidental se situa na costa oeste da África, entre o Marrocos e a Mauritânia. Possui uma área de duzentos e sessenta e seis mil quilômetros quadrados e sua economia está relacionada basicamente com a extração de fosfato - com reservas estimadas em dez milhões de toneladas - e a pesca. O território possui ainda reservas de ferro, petróleo e gás (MEDEA, 2003). A maior cidade é Aaiún, que abriga mais da metade da população.

O povo saaraui descende dos berberes e dos árabes e a maioria é mulçumana. A língua nativa é a hassanya, mas também se comunicam em árabe e espanhol. Tradicionalmente nômades, a população começou a se fixar após a instalação de minas de fosfato no território.

Atualmente cerca de metade dos saaraui vive em campos de refugiados na Argélia enquanto o território do Saara Ocidental segue ocupado pelo Marrocos desde 1975. O Saara Ocidental é, portanto, o único território continental africano que não possui independência e sua população espera há quarenta anos o dia que poderão voltar para casa.

A escolha do tema se deve à necessidade de entender melhor a disputa pelo território do Saara Ocidental e as suas consequências. Procura-se, assim, situar o problema da disputa do território desde 1975, mostrando as causas históricas do conflito, como as Nações Unidas atuaram durante as negociações e, principalmente, o resultado de tantos anos de conflito não resolvido, dando destaque para a questão dos refugiados saaraui que vivem em acampamentos na Argélia. Espera-se que o estudo ajude a elucidar melhor a questão e divulgar a situação de mais de cento e sessenta e cinco mil refugiados que vivem no deserto argelino.

1. História

A história recente do Saara Ocidental está ligada ao período colonial europeu. Na

segunda metade do século XIX, alguns Estados da Europa empreenderam a chamada corrida colonial. Os países ibéricos, especialmente, chegaram à África, instalaram-se, mas não adentram seu interior. Neste contexto, a Espanha apoderou-se, em 1884, da região do Rio de Oro, que ia desde o Cabo Bojador, próximo ao território atual do Marrocos, até o Cabo Branco, ao sul, hoje fronteira entre o Saara Ocidental e a Mauritânia (ARSO, 2009).

No ano seguinte, em 1885, durante a Conferência de Berlim, catorze Estados europeus decidiram “partilhar” os territórios africanos. O objetivo era evitar conflitos entre si. Na ocasião foram reconhecidos os direitos espanhóis pela área que hoje recebe o nome de Saara Ocidental. Na época, o Saara Espanhol incluía, além do atual Saara Ocidental, as zonas de Saguia El Hamra e a de Tarfaya. Mas só em 1930 a Espanha ocupou de fato a região (ARSO, 2009).

Nos anos seguintes, grupos nacionalistas ensaiaram revoluções independentistas, mas foram sufocados. Em 1956 o Marrocos consegue sua independência e reclama, oficialmente, a posse de territórios ocupados pela França e pela Espanha, entre eles o do então Saara Espanhol. No mesmo ano, a Espanha divide o Saara Espanhol em duas províncias: Ifni e Sahara Ocidental, e devolve ao Marrocos a área de Tarfaya (ARSO, 2009).

Em outubro de 1964 o Comitê de Descolonização das Nações Unidas solicita à Espanha a aplicação, ao Saara Ocidental e à Ifni, da resolução de 14 de dezembro de 1960 (ARSO, 2009). A resolução diz que a independência dos países ainda sob domínio colonial é um direito. Em 1966 a Assembleia Geral da ONU propõe à Espanha que realize um referendo para que a população dos territórios decida seu próprio futuro. Nos anos seguintes, entre 1966 e 1973, a Assembleia Geral adotou mais sete resoluções em relação ao Saara Ocidental, todas reiterando a necessidade de um referendo de autodeterminação. Nenhuma delas foi seguida.

Enquanto isso, os movimentos nacionalistas começam a reorganizarem-se. O Movimento de Libertação do Saara (MLS) reunia trabalhadores insatisfeitos, que se manifestavam através de greves e atos contra a administração colonial, e estudantes, que reclamavam o ensino da língua árabe e da história saaraui nas escolas. O

Movimento é também reprimido. No início dos anos setenta o MLS, até então de caráter pacífico, se transforma em uma organização armada, a Frente Popular para a Libertação de Saguia El Hamra e Rio de Oro, ou Frente Polisário, fundada oficialmente em maio de 1973 (ARSO).

Para a Espanha, a sustentação de territórios coloniais se tornava cada vez mais difícil. As guerras anticoloniais em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau resultaram na Revolução dos Cravos em Portugal, em 1974, que derrubou a ditadura naquele país. Com a independência das colônias portuguesas, a Espanha ficou isolada, sendo um dos poucos países a manter territórios ocupados na África, o que gerou uma pressão internacional para que deixasse a região. As mudanças de regime nos países ibéricos (queda da ditadura em Portugal e posterior morte de Francisco Franco na Espanha) aceleraram o fim do período colonial africano.

No Marrocos, o rei Hassan II enfrentava dificuldades internas e os partidos políticos não deixavam, sempre que podiam, de confrontá-lo com a questão do Saara Ocidental. A reivindicação do território era, portanto, uma tentativa de fortalecer seu próprio governo e um apelo aos sentimentos nacionalistas marroquinos. Assim, quando a Espanha decidiu dar ao Saara Ocidental o status de autonomia interna, em 1975, o rei Hassan II declarou prontamente que se oporia a um eventual referendo no território (ARSO, 2009).

O Marrocos pediu, então, a arbitragem da Corte Internacional de Justiça (CIJ), alegando direitos sobre o território com base em acordos pré-coloniais. A CIJ decidiu que não havia evidências de soberania territorial entre o Saara Ocidental e o Marrocos, mas indicação de alianças entre o Sultão marroquino e algumas tribos do território. A Corte concluiu que esses laços não afetariam a descolonização ou o princípio de autodeterminação (International Court of Justice, 1975).

No dia seguinte à decisão da Corte, o Marrocos insatisfeito com o veredito e, em um claro desrespeito ao entendimento da Corte, anunciou a organização da Marcha Verde, quando cerca de trezentos e cinquenta mil civis marroquinos entraram no território em disputa. A Marcha foi uma tentativa de legitimar as reivindicações marroquinas. No dia 6 de novembro os colonos penetraram alguns quilômetros no

interior do Saara Ocidental (ARSO, 2009).

Enquanto a Espanha negociava com a Frente Polisário os termos para deixar o Saara Ocidental e realizar o referendo, o ditador espanhol Francisco Franco, já doente, firmou secretamente um acordo com o Marrocos e a Mauritânia em 14 de novembro daquele mesmo ano, passando aos dois países o controle sobre o território saaraui (ARSO, 2009). Conhecido como Acordo de Madrid, o documento procurava assegurar privilégios à Espanha através de cláusulas que foram conhecidas somente tempos depois, como a recuperação de parte do investimento que havia feito na empresa estatal de extração de fosfato. Apenas seis dias após assinar o acordo, Francisco Franco morreu.

Em meio a um momento atribulado de sucessão de poder e mudança no regime político espanhol, o sucessor de Franco, rei Juan Carlos I, cumpre o acordo de Madrid, deixando progressivamente o Saara Ocidental e passando o território para as mãos do Marrocos e da Mauritania. Tais decisões – a assinatura do acordo e o posterior cumprimento - trazem consequências até hoje ao povo saaraui. Foi, talvez, o processo de descolonização mais equivocado e irresponsável de um país europeu na África.

Com a ocupação do território, ao norte pelo Marrocos e ao sul pela Mauritânia, o Saara Ocidental se converte em um campo de guerra entre tais países e a Frente Polisário. “Em 27 de fevereiro de 1976, em Bir Lahlou, o secretário-geral da Frente Polisário proclama a independência da República Árabe Saaraui Democrática (RASD). O primeiro governo da RASD, presidido por Mohammed Lamine é formado em 4 de março de 1976” (ARSO, 2009:11). Em 1979, sem condições para dispender mais recursos financeiros no combate, a Mauritânia se retira da disputa e renuncia à suas pretensões sobre o território.

Em fevereiro de 1982 a RASD é admitida como membro da Organização da Unidade Africana (OUA). Progressivamente, setenta e três Estados reconhecem a República Árabe Saaraui Democrática. A OUA, a ONU e o Parlamento Europeu aprovaram resoluções reconhecendo o direito da população saaraui à autodeterminação e independência.

Em 1991, após dezesseis anos de disputa, a ONU negocia um cessar-fogo entre o Marrocos e a Frente Polisário. O acordo previa também um referendo, no qual a população saaraui poderia decidir pela independência ou anexação ao Marrocos. Mas disputas, especialmente em relação à quantidade de pessoas aptas a votar, e a sistemática obstrução do processo pelo Marrocos, vêm adiando o referendo desde então.

1.1. Desdobramentos

As razões as quais o Saara Ocidental segue sendo o único território continental africano que não conseguiu independência pode ser explicado por mais de um fator. O primeiro deles é a descolonização tardia: enquanto outras potências europeias se retiraram de suas colônias nos anos 50, Portugal e Espanha resistiram à descolonização mesmo após a resolução das Nações Unidas de 1960, que recomendava aos países colonizadores que concedessem a independência aos territórios ainda ocupados.

Além disso, as pretensões marroquinas sobre o território, aliado a uma diplomacia dubia e desleal da Espanha (com a assinatura do Acordo de Madrid) levaram à atual situação do território. A Espanha sabia das pretensões marroquinas sobre a formação do chamado Grande Marrocos, que previa a anexação de dois milhões de metros quadrados de territórios pouco povoados, mas ricos em recursos naturais e de importância estratégica. O Grande Marrocos englobaria todo o Saara Espanhol e Mauritânia, além de partes da Argélia, Mali e Senegal. Quando ocupava o território de Tarfaya (cedido ao Marrocos pela Espanha por meio de um acordo bilateral), por exemplo, o Marrocos ultrapassou fronteiras em direção ao Saara Ocidental. Ao protesto de Madrid, aquele respondeu que não concordava com as fronteiras que haviam sido estabelecidas anos antes.

As pretensões marroquinas em direção à Argélia e à Mauritânia, antigas colônias francesas, logo se esfaleceram. Em 1960 proclamou-se a República Islâmica da Mauritânia, logo aceita pela Organização da Unidade Africana. A Argélia declarou independência em 1962, quando após uma guerra entre as tropas francesas e a Frente de Libertação Nacional (FNL), o presidente francês Charles de Gaulle reconheceu a

soberania política do País. O Marrocos chegou a invadi-lo, uma disputa conhecida como Guerra das Areias, mas foi detido pelas forças argelinas. E, apesar de superior, o exército marroquino se viu obrigado a deixar o território devido a pressões externas, especialmente da OUA e do mundo árabe.

Restava ao Marrocos tentar conquistar o Saara Ocidental, que ainda não havia obtido independência. E para isso, contou com a colaboração da Espanha, conforme coloca Vilar (2011)

“A la vista de las reivindicaciones marroquíes, no cabía otra alternativa que un Sahara Occidental independiente e indiviso. Sin embargo, la potencia administradora, lejos de impulsar cuanto hubiera hecho posible una pacífica transferencia de poderes a un pueblo políticamente maduro, se limitó a ganar tiempo eludiendo todo compromiso descolonizador serio (nunca asumido por Franco ni por la cúpula del régimen) y marchó siempre a remolque de los acontecimientos” (VILAR, 2011:147)

A Espanha, para a comunidade internacional e para os próprios saarauis, afirmava que era favorável de um referendo no Saara Ocidental, mas por meio de negociações secretas, acabou entregando o território ao Marrocos e à Mauritânia. Em vez de atuar para garantir a descolonização, passando o poder político à população nativa - como havia se comprometido e como haviam feito os outros países ao deixarem os territórios africanos - ignorou as resoluções das Nações Unidas. Vilar (2011:150), pontua que a Espanha “dio lado deberes éticos irrenunciables para con el pueblo saharauí y compromisos no menos sagrados contraídos en los foros internacionales”.

A divisão do território entre Marrocos e Mauritânia tornou ainda mais difícil a tarefa da Frente Polisário de conter a ocupação. Pio Penna (2010) analisa que

“A atitude dos espanhóis tornou a situação ainda mais complicada, uma vez que decidiram dividir a administração do território entre o Marrocos (Norte) e a Mauritânia (Sul), o que fez com que a Frente Polisário abrisse duas frentes de combate e derrotasse, por força das armas, a invasão mauritana. Isso foi possível, em parte, pela ajuda que o governo da Argélia concedeu à Frente e pela fragilidade do regime mauritano” (PENNA Filho, 2010:1)

Como resultado, apesar de várias tentativas posteriores da ONU para encontrar uma solução política para o Saara Ocidental, o território continua até hoje sob a ocupação do Marrocos, que controla cerca de 85% de toda a área. Durante este tempo, muitos

colonos marroquinos foram incentivados pelo governo a migrarem para o Saara Ocidental (ARSO, 2009). Entre a população nativa, muitos vivem sob ocupação marroquina, poucos no território sob domínio da Frente Polisário e estima-se que metade dos saarauis viva em campos de refugiados a espera da independência e da possibilidade de voltarem para o Saara Ocidental.

2. A ONU

Após a ocupação do Saara Ocidental pelo Marrocos, as Nações Unidas tentaram intermediar o conflito, mas a forma pouco firme da Organização, os apoios de países europeus ao Marrocos – especialmente da França - e dos Estados Unidos, e a disposição de ambas as partes em não cederem em suas convicções, acarretou em planos de paz nunca cumpridos.

Em 1985, a ONU e a OUA intermediaram diálogos entre as partes para a construção do *Settlement Plan*, ou Plano de Ajustamento, que foi aceito em 30 de agosto de 1998 pelo Marrocos e pela Frente Polisário (MEDEA, 2003). O plano previa a realização de um referendo no qual o povo saarai escolheria entre a independência e a anexação ao Marrocos. Este seria organizado pelo então enviado pessoal do Secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, e deveria acontecer em janeiro de 1992.

Em abril de 1991 foi criada a Missão das Nações Unidas para o Referendo do Saara Ocidental – Minurso (MIGDALOVITZ, 2008). A Missão tinha o intuito de garantir o cessar-fogo, declarado oficialmente em setembro daquele ano, o recenseamento da população, o referendo e a entrega do poder político para quem vencesse a disputa.

Mas o referendo nunca chegou a acontecer. O principal entrave naquele momento era a concordância em relação a quem estaria apto a votar. Tanto o Marrocos como a Frente Polisário concordaram em incluir a população que constava na lista de recenseamento feita pela Espanha em 1974. Mas a Frente Polisário pretendia adicionar à lista os refugiados que viviam em campos da Argélia. Já o Marrocos pedia a inclusão de 200 mil pessoas que teriam sido forçadas pela Espanha a deixarem o Saara Ocidental durante o período colonial e encontrado refúgio no Marrocos (THEOFILOPOULOU, 2006). A tentativa de inclusão dessas pessoas era mais uma manobra marroquina para travar o processo.

Após anos de embate e nenhum progresso, em 1997 o Secretário-geral da ONU, Kofi Annan, indicou um novo enviado especial para o Saara Ocidental: James Baker, ex-secretário de Estado norte-americano. Após negociações conhecidas como Acordos de Houston, retomou-se o recenseamento, concluído em 1999. Foram consideradas aptas a votarem 86.368 pessoas, de 198.000 que se inscreveram. Mas 74.000 que foram deixadas de fora da lista recorreram da decisão (THEOFILOPOULOU, 2006:6).

Em setembro de 2000, percebendo uma possível desvantagem no referendo, o Marrocos aventou uma nova possibilidade e ofereceu negociar a autonomia do Marrocos, porém sob soberania marroquina. Era a chamada terceira via. A ideia chegou a se transformar em uma proposta defendida pela ONU e apresentada por James Baker em 2011, mas foi rejeitada pela Frente Polisário, que a considerou um retrocesso frente ao plano anterior. Após dois anos de tentativas de acordo, Baker informou ao Conselho de Segurança (CS) da ONU que não seria possível um plano consensual. O Conselho pediu, então, que ele elaborasse outra proposta.

Em 2003, Baker apresenta o Plano de Paz para a Autodeterminação do Povo do Saara Ocidental, proposta que obteve o aval do CS. O novo plano trazia três principais inovações: a inclusão da opção “autogoverno ou autonomia” na cédula de votação, além das anteriores já previstas (independência e integração com o Marrocos); a inclusão na lista de votação de todos os que estivessem residindo no Saara Ocidental desde 30 de dezembro de 1999 e a não necessidade de concordância de ambas as partes em cada passo de implementação do plano (MEDEA, 2003). Além dos residentes desde dezembro de 1999, também estavam aptos a votarem todos os que constavam na lista de 1999 e os inscritos na lista de repatriação de outubro de 2000 do Alto Comissariado nas Nações Unidas para os Refugiados (Acnur).

O Plano foi “inicialmente rejeitado pelos dois lados, mas a Frente Polisário, pressionada pela Argélia e pela Espanha, e numa tentativa de quebrar o impasse do processo de paz, aceitou o novo plano” (PENNA Filho, 2010:4). A proposta foi, porém, rejeitada pelo Marrocos em 2004, que declarou ser contra qualquer proposta que sequer conste a opção de tornar o Saara Ocidental independente. No mesmo mês

o Conselho de Segurança volta atrás em seu apoio ao plano. James Baker pede demissão do cargo de enviado pessoal da ONU.

Em julho de 2005, o Secretário-geral da ONU, Kofi Annan designou o diplomata holandês Peter Van Walsum como seu novo enviado pessoal. Porém, após analisar o conflito, Van Walsum reportou que não poderia construir um novo plano. Segundo Walsum, o Marrocos só aceitaria um plano que excluísse a opção de independência, enquanto a ONU não poderia endossar um documento que não tivesse a independência como opção (MIGDALOVITZ, 2008). O diplomata também fez críticas a países que apoiavam o Marrocos, dizendo em seu relatório que “the Western Sahara was not high on the international political agenda and that most capitals seek to continue good relations with both Morocco and Algeria” (MIGDALOVITZ, 2008:3).

Mesmo assim, o Conselho de Segurança da ONU chamou as partes para mais uma tentativa de negociação. Marrocos e Saara Ocidental se encontraram com Van Walsum quatro vezes em Nova Iorque, mas não chegaram a acordo algum, já que o Marrocos não aceitou sequer debater uma proposta que tivesse a independência como opção, enquanto a Frente Polisário não quis dar prosseguimento a conversações sobre uma possível autonomia do Saara Ocidental sob a soberania marroquina.

Em abril de 2008, Van Walsum declarou que um Saara Ocidental independente não era uma proposta realista. A Frente Polisário acusou o diplomata de tomar partido do Marrocos e se recusou a voltar a negociar. O novo Secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, não reconduziu Van Walsum ao posto (MIGDALOVITZ, 2008).

Em janeiro de 2009 Ban Ki-moon apontou o diplomata norte-americano Christopher Ross como novo enviado pessoal para a questão do Saara Ocidental. Ross já havia sido embaixador na Argélia e conhecia, portanto, o problema da região. De lá prá cá, Ross visitou a região cinco vezes, sendo a última em fevereiro de 2015. (All Africa, 2015). O conflito continua, porém, sem solução e de tempos em tempos, líderes da Frente Polisário ameaçam retomar o conflito armado. Em um pronunciamento feito em 2008 na Universidade de Pretória, na África do Sul, Mhamed Khadad, representante da Frente Polisário na Minurso, disse que após 33 anos (em 2008) de

ocupação do Saara Ocidental pelo Marrocos, “para os saarauis, multilateralismo e lei internacional tiveram poucos resultados” (KHADAD, 2008:1).

“What is the right way forward? It is tempting to lose hope in international law, lose hope in multilateralism, and lose hope that a peaceful resolution is possible. It begs the question: should the Polisario return to battle to dislodge the occupier from our land? There is indeed considerable frustration both inside the territory and in the refugee camps that the international community has manifestly failed its own standards, its own laws, in its feeble approach to the Western Sahara. And despite this neglect, we have been steadfast in our resolve to honor our side of the ceasefire agreed in 1991, waiting for the international community to deliver. We have very little to show for our patience. And patience has its limits” (KHADAD, 2008:2).

Tais ameaças parecem, porém, pouco prováveis já que seria inviável à Frente Polisário empreender uma guerra sem a ajuda e, talvez, sem a permissão da Argélia, que está focada em sua própria economia e imagem internacional e preocupada com o terrorismo islâmico. Além disso, a Argélia vem estreitando laços com os Estados Unidos, França e Espanha, laços esses que poderiam ser prejudicados caso ela permitisse a volta do conflito violento (MIGDALOVITZ, 2008). Outro entrave para a ideia de retorno ao combate armado é a inferioridade militar da Frente Polisário em relação ao Marrocos.

2.1 Porque a ONU falhou?

O impasse na resolução do conflito no Saara Ocidental é resultado de uma série de erros das Nações Unidas na condução do processo, que vão desde a falta de firmeza do Conselho de Segurança – e o apoio de alguns membros ao Marrocos, como a falta de uma estratégia clara para a resolução do problema.

Quando a Espanha deixou o território do Saara Ocidental, entregando-o ao Marrocos e à Mauritânia, a ocupação gerou o protesto de diversos países africanos e de partidos europeus progressistas, que reconheciam o direito do Saara Ocidental à autodeterminação. A ONU, porém, no decurso da 30ª Assembleia Geral, apesar de ter determinado a realização de um referendo, deixou a administração deste aos países ocupantes e à Espanha, que já havia deixado claro que não iria se envolver mais nos assuntos do território (ARSO, 2009). A falta de firmeza da ONU no primeiro momento acarretou uma guerra de quinze anos entre a Frente Polisário e o

Marrocos.

Em 1991, após o cessar-fogo, a ONU previu a realização de um referendo em seis meses, um prazo irreal diante da demanda. O comandante português José Eduardo Garcia Leandro, que foi chefe da Minurso em 1996 escreveu que

“independente da absoluta boa vontade das partes havia um problema que em si era difícil de resolver, ou seja, definir, encontrar, organizar todo um processo de recenseamento para populações dispersas e desconfiadas que tiveram de vir aos Centros de recenseamento da Minurso” (LEANDRO, 2005:4)

Durante o recenseamento o Marrocos tentou atrasar o processo através de mais de 130 mil apelações de colonos rejeitados pela Minurso como votantes (MIGDALOVITZ, 2008). A maioria desses processos não trazia nenhum dado novo ou qualquer fundamento legal. A intenção do Marrocos era converter as apelações em um segundo processo de identificação, a fim de ganhar tempo.

“El objetivo principal há sido el mantenimiento de la presencia marroquí en los territorios ocupados del Sáhara Occidental a través de la implantación de colonos y de la realización de proyectos de desarrollo económico, además de la imposición de su presencia militar” (ZOUBIR, 2001:2)

Os constantes adiamentos no processo resultou em um recenseamento que só terminou em 1999, após as negociações dos acordos de Houston. Nesta época, a ONU já estava pessimista em relação a um acordo consensual e começou a demonstrar inclinação ao que chamavam de terceira via, ou seja, à proposta do Marrocos de conceder ao Saara ocidental o status de autonomia, mas sob a soberania do Estado marroquino.

Em 2000, em um informe ao Conselho de Segurança, Kofi Annan declarou que devido às dificuldades de um acordo entre o Marrocos e a Frente Polisário, seria preciso que as partes oferecessem soluções que pudessem convergir ou estivessem dispostas a estudar outros meios para atingir uma solução rápida, duradoura e consensual para a controvérsia relativa ao Saara Ocidental (ZOUBIR, 2001). O informe foi aprovado pelo Conselho de Segurança, que insinuou que as partes deveriam aderir à terceira via.

A partir de então, o Marrocos, sentindo-se apoiado, tornou-se ainda menos flexível

em sua posição e até hoje se nega a negociar qualquer proposta que avenge a possibilidade de independência do Saara Ocidental. “Uma leitura atenta do informe deixa claro que tanto James Baker como Kofi Annan favoreciam outra opção que não fosse o referendo, o qual viam como um fórmula do tipo o ganhador leva tudo” (ZOUBIR, 2001:3).

Após a recusa da Frente Polisário à proposta de autonomia, a ONU determinou que Baker formulasse um novo plano, que foi apresentado em 2003. O Plano de Paz para a Autodeterminação do Povo do Saara Ocidental foi aprovado pelo Conselho de Segurança. Mas diante da recusa do Marrocos em aceitar a proposta que previa um referendo, o CS voltou atrás no apoio ao Plano, demonstrando mais uma vez falta de firmeza em relação à solução do problema.

Além da clara omissão da ONU em alguns episódios e parcialidade em outros, Theofilopoulou (2006) em relatório do United States Institute of Peace aponta que a ONU negligenciou sinais claros, desde o início, de que um acordo consensual entre as partes não seria possível. O Marrocos dava sempre declarações mostrando que para eles o Saara Ocidental era parte do reino marroquino, chamando-o, inclusive, de “províncias do sul”. Por outro lado, a Frente Polisário repetia sempre que o referendo consertaria injustiças contra a população saaraui. Outro erro foi o dispêndio excessivo de energia na solução de problemas técnicos, como o recenseamento, deixando de lado as questões políticas.

Theofilopoulou (2006) também conclui que, até que o Kofi Annan assumisse como Secretário-geral das Nações Unidas, a ONU não tinha uma estratégia clara de como resolver a questão do Saara Ocidental.

“The result was that members of the Secretariat and MINURSO had been working in a contradictory manner, often sending confusing messages to the Security Council and the parties as to what the UN was trying to achieve” (THEOFILOPOULOU, 2006:18)

A história posterior mostra, no entanto, que mesmo após a entrada de Kofi Annan, a ONU continuou sem uma estratégia para resolver a questão, que se arrasta até hoje.

3. Os Refugiados

A indefinição em relação ao território do Saara Ocidental, que segue ocupado pelo

Marrocos, trás, entre outras consequências, a continuidade, para o povo saaraui, de uma vida suspensa. Na província de Tindouf – a cerca de trinta quilômetros de uma cidade com o mesmo nome, em uma região extremamente seca e quente no sudoeste da Argélia, próximo à fronteira, milhares de saarauis aguardam há quarenta anos a independência do território e a conseqüente volta para casa.

Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur, 2015), noventa mil pessoas vivem em Tindouf. Mas como nunca houve um recenseamento oficial podem ser muito mais. O governo da Argélia estima que a população no acampamento chegue a cento e sessenta e cinco mil, dividida em cinco campos: quatro deles, maiores e mais antigos, receberam os nomes das cidades saarauis de Aaiun, Smara, Dahla e Aousserd. O mais recente, 27 de Fevereiro, é uma homenagem ao dia de criação da República Árabe Saaraui Democrática (RASD).

Os acampamentos ficam em uma área conhecida pelos nativos como Hamada, região de paisagem árida, solo pedregoso e pouca areia que corta vários países no norte da África. A temperatura neste local pode chegar a mais de 50 graus na sombra durante o verão e no inverno os ventos são congelantes – chegando a temperaturas negativas (Nova Enciclopédia Larousse, 2007). Uma região isolada e hostil mesmo para os povos do deserto. Antes de os saarauis se refugiarem ali a cidade de Tindouf foi considerada um dos vilarejos mais miseráveis da região.

Em Histórias Del Sahara, de Alejandro García (2001), Salek Mohamend, um saaraui que integrava a Frente Polisário, relata que a Hamada era um mito para os nativos que vinham do oeste. “Mi sensación en estas planicies era que andáramos lo que andáramos, siempre parecia que nos encontrábamos en el mismo sitio. Era al desierto total, la nada”.

Em uma área tão inóspita, o cultivo é difícil – o solo não é fértil para a agricultura e a população depende quase totalmente de ajuda humanitária para sobreviver. O Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas (PAM) fornece alimentos à população saaraui nos acampamentos desde 1986. De acordo com a própria agência, são distribuídos em média noventa mil rações de comida básica por mês no campo de refugiados, e mais trinta e cinco mil de alimentação extra para a população

vulnerável (PAM, 2015).

Mas a situação longa e sem resolução dos refugiados do Saara Ocidental tem afastado doadores, colocando em risco o trabalho da agência em Tindouf. O PAM já reduziu de nove para sete os itens da cesta básica, deixando de fornecer feijão e grão de bico. Ainda fazem parte da cesta farinha, arroz, lentilhas, ervilha, óleo, açúcar e cereais. (PAM, 2015). Esses itens, porém, não são suficientes para garantir uma dieta equilibrada e a população dos campos sofre de desnutrição, especialmente as mulheres e crianças. E a situação pode ficar ainda pior: recentemente o representante do Acnur na Argélia, Ralf Gruenert, declarou que, caso não haja novos recursos, as Nações Unidas irão suspender parte do programa de assistência alimentar em julho deste ano (PAM, 2015).

A população nos campos de refugiados vive em casas feitas de tijolos ou em tendas como as que eram usadas pela população nômade do deserto, as raimas. Os quatro acampamentos maiores possuem cerca de oito mil construções cada um, organizadas de forma geométrica. No centro fica a administração local, que coordena a vida nos campos. A Argélia fornece, além do abrigo, água e energia aos refugiados (DAUDÉN e SUSIN, 2010).

3.1 O Êxodo

Quando ficou claro que o Marrocos penetraria o território do Saara Ocidental, parte da população começou a fugir para o interior. Nos meses de novembro e dezembro de 1975, muitas famílias deixaram tudo o que tinham e se mudaram para áreas fora das cidades. Mas foi em janeiro de 1976 - com a saída definitiva da Espanha no dia 28 e a entrada oficial do Marrocos - que houve um verdadeiro êxodo. Nesta época, cerca de vinte e cinco mil saarauis partiram para o deserto.

“Cada uno salió como pudo, abandonando casa, bienes y em ocasiones familia [...] El miedo los llevó a emprender la travesía del desierto em condiciones desesperadas, cientos de kilómetros hasta llegar a los lugares de concentración donde se suponía que el Polisario estaba preparado para recibirlos” (GARCÍA, 2001:159)

Mas os guerrilheiros não estavam preparados para receber tanta gente. Foram surpreendidos pela quantidade de pessoas que chegavam. A Polisário tinha,

inclusive, orientado a população para que ficasse em suas casas nas cidades até o último momento, enquanto os guerrilheiros faziam a resistência no interior. “Os fugitivos que sobreviveram se concentraram perto das cidades de Tifariti, Guelta Zemmur, Amgala e Um Dreiga (DAUDÉN e SUSIN, 20110). As histórias contadas pelas pessoas que fugiram na época mostram que elas mal sabiam para onde estavam indo. O destino ainda não era Tindouf.

“Nos pusimos en camino sin pensarlo mucho. Creíamos que estaríamos fuera solo unos días, como mucho unas semanas. Nos fuimos con lo puesto y dejamos todo lo que teníamos, cerramos la puerta y nos echamos la llave al bolsillo. Los primeros días los aguantamos bien, íbamos con mucha moral y el reencuentro con los demás fugitivos era siempre emotivo. Teníamos poco de comer pero compartíamos. En esos días nació en nosotros una corriente de solidaridad que nos ha acompañado 25 años. El destino no era Tindouf, la mayoría ni sabíamos dónde estaba, sino Amgala, el Guelta Zemmur y Tifariti [...] Cuando llegamos al Guelta ya había centos allí” (Sheina ment Babá en GARCÍA, 2001:160)

“Vivíamos en Smara, mi marido trabajava en Tropas Nómadas. Cuando llegaron los marroquíes, cercaron Smara y después entraron con tanques y tropas. La ciudad estaba cerrada y sólo algunos lograban salir con el pretexto de que tenían que ir a buscar sus camellos que estaban abandonados en el desierto. Con esa excusa pude dejar Smara, Hubo madres que incluso abandonaram a sus hijos en el colegio y hubieron hacia el desierto. El pánico que se les tenía a los marroquíes era tan grande que había una psicosis de huir al precio que fuera [...] No teníamos un rumbo fijo ni nos dirijíamos a Tindouf, no sabíamos que era ese lugar, nosotros sólo íbamos hacia el Polisário, a encontrarlo y juntarnos con los nuestros” (Liha ment Emahmed en GARCÍA, 2011:160)

A população que ia se juntando era formada majoritariamente por mulheres e crianças, pois os homens aderiam à Frente Polisário e iam lutar na guerra. Foram elas que ficaram responsáveis por toda a organização dos acampamentos, como a distribuição de comida e cuidado com as crianças e idosos. O mesmo aconteceria depois, já em Tindouf, quando os refugiados finalmente chegaram onde se encontram até hoje.

Ali, ainda no território que consideram como seu próprio país, os saarauis enfrentaram, além da fome e do frio, as investidas marroquinas. Ataques aéreos mataram centenas de pessoas. Essa foi a razão para fugirem para Tindouf, na Argélia. No país vizinho, o Marrocos não tinha permissão para entrar ou invadir o

espaço aéreo para lançar mísseis. Além disso, o Marrocos não queria que a Argélia se envolvesse diretamente no conflito.

Os muitos ataques marroquinos contra a população saarauí que havia fugido das cidades fez com que, no dia 18 de fevereiro de 1976, a Federação Internacional dos Direitos Humanos declarasse que o povo saarauí estava sendo vítima de um genocídio. No mesmo dia, as Forças Armadas Reais do Marrocos empreenderam um dos piores ataques contra os refugiados, em um acampamento próximo à cidade de Um Dreiga, onde estavam saarauís vindo do sul do território. De seis aviões F-5, os marroquinos metralharam as pessoas no acampamento. No dia seguinte, despejaram sobre a população napalm, um líquido derivado da gasolina e altamente incendiário, fosfóro branco e bombas de fragmentação.

“Los aviones aparecían de dos en dos y entraban en picado, soltaban las bombas y se iban. A los varios minutos entraban otros dos. Así estuvieron todo el día. Nos tiraron bombas de metralla y fósforo. Unos murieron mutilados o desintregados y otros quemados hasta convertirse en tizones negros. Hubo veinte muertos y docenas de heridos” (Dahla, en GARCÍA, 2001:163)

O episódio de Um Dreiga causou comoção e ódio nos sobreviventes e saarauís que ouviram falar o que aconteceu. “Para os saarauís as bombas de Um Dreiga, Tifariti ou Guelta ficariam associadas à maldade de um rei, que buscava a aniquilação de um pequeno povo” (GARCÍA, 2001:163). A guerra contra esse rei parecia, portanto, uma obrigação moral para aquelas pessoas.

“En esos años, francamente no me decía gran cosa el tema de la independencia, del estado saharauí ni todas esas historias. Yo soy un Tidirarín, y saharauí como el que más, pero había vivido en Canarias y en cierta manera me sentía cómodo entre los españoles. [...] Todo cambió cuando supe que los marroquíes quemaron vivos con napal a las pobres gentes que huían por el desierto. Eran mis gentes y el odio se apoderó de mí. A partir de ahí no pensé más que en irme con mi pueblo y empuñar las armas. Nos vimos obligados a defendernos para sobrevivir. Durante 10 años peleé contra Marruecos en el desierto y fui herido tres veces” (Mohammed el “canario” en GARCÍA, 2001:163)

Depois de cerca de um mês na estrada, os saarauís chegaram finalmente à Argélia, na região do poço de Rabuni, a trinta quilômetros da cidade de Tindouf, onde vivem hoje. Foram as mulheres que construíram os acampamentos. “Primeiro, fizeram

buracos para se protegerem de possíveis ataques aéreos. Depois, construíram barracões e mais tarde se instalaram nas raimas verdes que já vinham prontas do exterior”. A organização nos acampamentos foi concebida de acordo com a estrutura beduína: cada um deles é como uma Wilaya (província), integrada por seis Dayras (municípios), que por sua vez eram compostos por quatro Hai (bairros). Em cada bairro haviam de quinze a vinte filas de moradias contendo dez raimas (DAUDÉN e SUZIN, 2011).

A primeira ajuda que receberam foi da Cruz Vermelha, por meio de sua representação no mundo árabe, a Meia Lua Vermelha argelina. Depois vieram Acnur e PAM. A população de refugiados só crescia: em 6 de janeiro de 1976 a Cruz Vermelha estimou que haviam quarenta mil refugiados. Em outubro, eram cinquenta mil e meses depois eram oitenta mil. Os que vinham de Saquia e de Zemmur se instalaram em acampamentos batizados de Smara e Aaiun, que ficam cerca de vinte quilômetros de distância um do outro. Os que vieram do sul – e que sofreram com as bombas de Um Dreiga, ficaram em outro acampamento batizado de Dahla (GARCÍA, 2001). O Aousserd e o 27 de Fevereiro vieram depois.

Nos acampamentos, a população teve que enfrentar outros desafios. Por causa da mudança brusca na dieta – os beduínos eram acostumados a comerem carne e leite todos os dias, houve um surto de diarreia entre os refugiados, especialmente nas mulheres e crianças. A diarreia, somada às doenças respiratórias e o sarampo levaram a maioria das crianças e muitos idosos à morte. Mesmo no início dos anos noventa, quando a situação nos acampamentos havia melhorado e as mulheres haviam conseguido ter filhos novamente, a saúde da população continuava ruim. Daniel Matoses, médico valenciano que trabalhou muito anos em Tindouf, relata que

“la anemia se había hecho endémica, afectaba al 90% de las mujeres y más de la mitad de los niños. Vimos mujeres con un 7% de hematocritos cuando lo normal 12-14%. El bocio también era endémico con todos los niños afectados. En marzo del 2000, de 400 niños que examinamos, solo 10 no presentaban bocio. Otro endemismo es la tuberculosis, tanto portadores como enfermos, y hay alta frecuencia de hepatitis B, así como alto índice de alergias al gluten. Sin duda estos cuadros están asociados a una alimentación deficiente durante mucho tiempo” (in GARCÍA, 2001:233)

Apesar das dificuldades, na paisagem árida da Hamara, a população saaraui

demonstrou, desde o início, grande senso de coletividade. Um representante da Liga das Sociedades da Cruz Vermelha, Sven Lampbell, relatou que os saarauis eram diferentes de outros grupos de refugiados com os quais havia trabalhado antes. Segundo ele, “quando um carregamento de alimentos – que não era suficiente para todos – chegava, ele não via disputas, empurrões, roubo ou corrupção”, mas solidariedade, organização e autocoordenação, ainda que viessem de diferentes lugares do deserto (DAUDÉN e SUZIN, 2011).

3.2 As mudanças

Durante a guerra, a vida seguiu devagar nos acampamentos de Tindouf. Enquanto os homens lutavam, as mulheres conseguiram autonomia e até os costumes tradicionais beduínos tiveram que ser modificados. Os divórcios e segundos casamentos se tornaram comuns. As mulheres dependiam pouco ou quase nada dos homens.

Elas voltaram também a ter filhos e a se ocuparem da criação e educação destas crianças. Fundaram escolas (a educação era prioridade para os refugiados, pois a ideia era preparar a população para construir uma nação futura quando voltassem ao Saara Ocidental). O resultado é que a taxa de escolarização das crianças nos acampamentos é de 100%. Elas ficam nos campos até a 5ª série e depois seguem para países aliados, como Argélia e Cuba. Muitas recebem bolsas de estudos em universidades renomadas, inclusive em países europeus, como o Reino Unido. Há ainda uma escola para jovens com deficiência mental: o Centro de Educação e Integração, que foi fundado em 1996 por Bujema Faten, ou Castro, como é mais conhecido - dizem que ele se parecia com Fidel Castro quando jovem (DAUDÉN e SUZIN, 2011).

Esse intercâmbio com outros países proporcionou ainda melhoria em outra área: a saúde. Muitos saarauis estudaram medicina em Cuba e hoje os acampamentos contam com um médico para cada 800 pessoas – para ter ideia do que isso significa, no Brasil são 1,84 médico para cada mil habitantes, segundo Ministério da Saúde (2009). A média mundial é de 1,4 médico por mil habitantes.

Mas com o passar do tempo e, especialmente após o cessar-fogo em 1991, a vida dos refugiados começou a mudar. Os homens voltaram para os acampamentos e tiveram

que se inserir novamente na vida comunitária. O dinheiro, que foi inexistente durante quase todo o tempo do conflito, voltou a circular entre a população. Muitos jovens, que nasceram nos acampamentos nunca tinham sequer visto uma cédula de dinheiro e nem sabiam como funcionava, tiveram que aprender a lidar com as notas (GARCÍA, 2001). Surgiu um pequeno comércio nos acampamentos, lanchonetes, restaurantes simples, pequenas oficinas de automóveis (DAUDÉN e SUZIN, 2011).

A mudança monetária teve início quando o governo da Espanha resolveu, no fim dos anos oitenta, pagar aposentadoria a vários saarauis que trabalharam para o governo espanhol durante o período de colônia. Os pensionistas se tornaram então uma elite econômica, mas que frequentemente distribuía o que recebiam com os familiares. Foi quando a dieta começou mudar um pouco, com a introdução de itens como futas e verduras. “Mujeres anémicas que habían olvidado el sabor de una lechuga, o niños que jamás habían visto una naranja, pudieron por fin darse el lujo de algún plátano, de una ensalada, postres o pequeñas delicatessen” (GARCÍA, 2001).

Outra forma de entrada de dinheiro nos acampamentos é o “turismo” de famílias espanholas que participam do projeto Férias em Paz. O programa, custeado em parte pelas prefeituras de cidades na Espanha e parte pelas próprias famílias acolhedoras, leva crianças saarauis para passar dois meses na Espanha durante o verão. A ideia é retirar essas crianças dos acampamentos nos meses mais quentes do ano e também fazer com que mais pessoas conheçam a realidade do povo saarai. Após o período de férias na Espanha, as famílias acolhedoras frequentemente vão aos acampamentos visitar as crianças que ficaram em suas casas. Elas trazem presentes e deixam dinheiro em Tindouf. Esse “turismo” fez crescer até um mercado de artesanato nos campos (DAUDÉN e SUZIN, 2011).

3.3 Os Refugiados e a Frente Polisário

Desde o início, os acampamentos serviram como uma espécie de teste para o modelo de governo que a Frente Polisário pretendia implantar no Saara Ocidental: de viés socialista, igualitário. Mas apesar do aparente exemplo de igualdade nos campos de Tindouf - em que todos dividiam a comida e não havia dinheiro, os acampamentos eram comandados por um governo autoritário.

Usando a guerra como justificativa, os membros da Polisário passaram a controlar minunciosamente a vida nos acampamentos, incluindo a rotina prática, como o cardápio semanal e a proibição de música ou jogo de cartas entre a população. Criou-se a Segurança Militar, uma instituição que vigiava os moradores e tinha poderes de prender suspeitos ou acusados de transgredirem as regras (GARCÍA, 2001).

Por causa do modelo socialista que pretendiam implantar, proibiu-se a identificação das pessoas pelo nome da família – uma tradição beduína que revelaria a diferença de “classes”. Quem mais sofreu com essa mudança de costumes foram os idosos. Na cultura beduína, os mais velhos eram ouvidos e respeitados. Já no modelo da Polisário, eles foram calados e, aqueles que tentaram se expressar ou protestar em relação a qualquer ordem, foram humilhados e muitas vezes espancados pelos oficiais da Frente Polisário (GARCÍA, 2001).

Mais grave foram as prisões e torturas que os agentes da Polisário impuseram a saarauis considerados traidores. García, (2001) escreve que antes mesmo da ida de saarauis para Tindouf, a Frente Polisário começou construir prisões subterrâneas, para onde eram levados os considerados “traidores”. Os próprios presos construíram as cavernas embaixo da terra e muitos deles foram depois fuzilados na frente dos outros presos.

Durantes os anos de guerra, a Segurança Militar foi ganhando cada vez mais importância nos acampamentos. Os suspeitos eram levados para a prisão sem que tivessem direito a uma defesa. Muitos eram torturados, obrigados a confessarem crimes que nunca cometeram e frequentemente tinham que denunciar outras pessoas. Houve casos em que os acusados eram obrigados, após dias de tortura, a confessarem publicamente os crimes que inventavam pra eles (GARCÍA, 2001).

A primeira prisão da Frente Polisário foi a Doze de Outubro. Depois criaram a Rachid, mas esta era um cárcere secreto.

“Bajo sua fachada de escuela de enseñanza secundaria y de instrucción militar, el Doce de Octubre escondía una sección de castigo. Para los detenidos era la primera estación de tránsito em la que podían passar meses o años. Aquí se buscaba ablandar a los prisioneros, los sacaban a sesiones diárias de ejercicios, bajo el calor asfíxiante del mediodía o em la noche gélida de la Hamada. Se les

obligaba a duro trabajos físicos com bastonazo y malos tratos em general” (GARCÍA, 2001)

Dos que conseguiam sair das prisões, muitos sequer diziam que haviam sido presos ou torturados. Não tinham coragem de dizer que haviam ido para o cárcere por serem traidores, mesmo que as acusações fossem falsas. Afinal, será que acreditariam neles?

As torturas e prisões eram usadas pelos líderes da Polisário para diversos fins, entre eles prender integrantes do próprio grupo que tentava obter mais poder ou que questionavam a liderança do Comitê Executivo, que seguia composto pelos mesmos membros desde a fundação do grupo. Também demonstrava o poder da Polisário e inibia possíveis rebeldes na luta pelo poder.

Foi só após o cessar-fogo, em 1991, no VIII Congresso da Frente Polisário, que os líderes começaram a discutir o que havia acontecido nos anos anteriores. Pela primeira vez, o presidente da Frente Polisário, Mohamed Abdelaziz, reconheceu os “erros e excessos”. Os papéis da Segurança Militar foram queimados, mas acreditava-se que entre 100 e 150 saarauis foram mortos nas prisões em razão de tortura. Ninguém foi punido. (GARCÍA, 2001). Naquele momento, a dor e a revolta da população nos campos de refugiados foram abrandadas pela esperança de que voltariam brevemente para casa. A ONU havia prometido um referendo para o início de 1992.

A resposta da Frente Polisário à insatisfação da população foi a ampliação do Comitê Executivo de nove membros - que liderava sozinho e sem alternância de quadro desde a criação do grupo. Criou-se uma Secretaria Nacional de 71 membros, que deveria dar mais equilíbrio ao poder. Essa Secretaria tentava refletir a proporção de tribos dos refugiados. A partir daí, foram criados grupos de defesa dos direitos humanos entre os próprios saarauis. Os campos foram sendo abertos para averiguação de instituições internacionais – ao contrário do que acontece no Marrocos, que ainda hoje insiste em não permitir que a Minurso tenha poder de verificar a situação do território em relação aos direitos humanos.

Segundo a organização Humans Rights Watch (HRW, 2014) os saarauis que vivem nos acampamentos em Tindouf têm liberdade de movimento, ou seja, não encontram

resistência para entrar ou sair dos campos, e de expressão, associação e assembleia, apesar de alguns grupos dissidentes mais recentemente alegarem que autoridades da Frente Polisário tenham atuado para coibir ativismo político em situações pontuais.

Porém, a HRW (2014) constatou que, apesar de um reduzido número de presos (25), ainda existe em Tindouf o julgamento de civis por Cortes Militares, o que vai contra as regras internacionais de direitos humanos. Entre os oito presos que se encontravam nesta situação durante a visita da HRW, todos disseram que ficaram detidos provisoriamente mais tempo do que a lei permite, e dois continuavam presos, apesar de já terem cumprido integralmente a sentença. Também foram relatados casos isolados de torturas físicas e psicológicas entre a população carcerária.

O relatório inclui ainda um relato de desaparecimento forçado de refugiado saaraui e situações de escravidão nos acampamentos, apesar de a Frente Polisário garantir que tem tentado resolver o problema – a escravidão era comum entre a cultura nômade no Saara Ocidental. Segundo a organização

“some refugees, including alleged victims, gave credible accounts that certain practices of slavery, including enforced domestic servitude, persist among a small minority of the refugees in the Tindouf refugee camps and – perhaps in particular – in the remote areas of Western Sahara under Polisario control” (HRW, 2014:3)

O relatório diz ainda que, apesar do esforço da Frente Polisário em coibir abusos e repará-los nos dias de hoje, o grupo fez quase nenhum esforço nos últimos vinte anos para identificar abusos severos de seus agentes em tempos mais antigos. Organizações não governamentais têm, ao longo dos anos, relatado práticas da Polisário que incluem tortura, prisões longas e trabalho forçado.

3.4 A exploração do território e as minas terrestres

O Marrocos é acusado de explorar os recursos naturais do território do Saara Ocidental sem que tenha direito sobre ele – apesar de ocupá-lo de fato. A região tem a maior reserva do mundo de fosfato, uma substância usada para a produção de fertilizantes. E a mina de Bou Craa, que pertence à empresa marroquina Chérifien des Phosphates (OCP) e fica no território do Saara Ocidental é responsável por 10% de toda a produção da OCP. A quantidade é muito significativa, já que a OCP é a

segunda maior produtora e principal exportadora de fosfato bruto e ácido fosfórico no mundo, bem como uma das principais exportadoras de fertilizantes fosfatados. (QUARANTE, 2014). Em 2012, a OCP era responsável por cerca de 6% do Produto Interno Bruto (PIB) do Marrocos, mas já chegou a responder por até 33% do PIB em 2008.

O Marrocos tem explorado ainda os 1,2 mil quilômetros de costa do Saara Ocidental, uma das mais férteis do mundo. A pesca do Saara Ocidental corresponde a 78% de toda a captura marroquina. Em 2011, o Parlamento Europeu havia recusado renovar o acordo de pesca que tinha com o Marrocos devido ao impasse entre este e a Frente Polisário na disputa pelo território. Mas em 2013, o Parlamento aprovou um novo acordo que deve se estender até 2017. O acordo prevê o pagamento de trinta milhões de euros anuais ao Marrocos, em troca da permissão para que navios europeus pesquem ao longo da costa marroquina, incluindo aí as águas do Saara Ocidental (QUARANTE, 2014).

Além da exploração das riquezas naturais sem o retorno devido à população saarai, o Marrocos deixa no território outras marcas cruéis: um muro de areia gigantesco com extensão de 2.550 a 2.770 quilômetros, conhecido como “The Berm”, que separa as áreas controladas pela Frente Polisário (20% do território) do resto do país e um incrível campo de minas terrestres.

Cerca de cem mil quilometro quadrados de área do Saara Ocidental contem minas de diversos modelos. A maior parte da extensão que acompanha o muro de areia está preenchida por estas minas, dando à região o triste título de maior campo minado interrompido do mundo. O campo é um forte impedimento para que os saarauis ocupem a parte do Saara Ocidental controlada pela Frente Polisário e, inclusive, para que deixem os acampamentos e retornem para casa (McCoull, 2008).

Considerações Finais

A longa indefinição sobre o território do Saara Ocidental é resultado de uma série de fatores. Os mais relevantes foram a decisão da Espanha de entregar o território ao Marrocos e à Mauritânia, enquanto garantia à população nativa que realizaria o referendo, e o papel pouco incisivo das Nações Unidas, que foi por vezes omissa e

até mesmo parcial em relação à questão.

E é improvável que a situação mude no curto prazo. A França e os Estados Unidos, membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (com poder de veto) e mais recentemente a Espanha, mantêm laços com o Marrocos e o protegem de qualquer interferência internacional no conflito. O tempo, neste caso, favorece o Marrocos, que segue ocupando o território e explorando os recursos naturais, além de estimular cada vez mais a migração de marroquinos para o sul, o que o favoreceria em um possível referendo.

Enquanto isso, mais de cento e sessenta e cinco mil refugiados saarauis vivem nos cinco acampamentos perto de Tindouf, na Argélia. Ali, apesar de a vida ter melhorado nos últimos anos, eles continuam na pobreza, vivendo com dieta rudimentar e poucas oportunidades. Os jovens estudam fora, fazem curso superior, mas ainda precisam esperar a oportunidade de ajudarem a construir seu próprio país.

Por causa da aparente paz na região, esses refugiados vivem esquecidos pela comunidade internacional, apesar dos esforços da Frente Polisário em divulgar para o mundo a situação de sua população, por meio de diplomatas enviados ao exterior ou de programas, como as “Férias pela Paz”. Até hoje essas pessoas vivem de ajuda humanitária, principalmente para se alimentarem, já que a Hamada é infértil para quase tudo. No meio do deserto, eles apenas esperam.

Bibliografia

- ARSO. Association de soutien a un référendum libre et régulier au Sahara Occidental, 2009. Disponível em

<<http://www.freewebs.com/tobesaharawi/saharaoccidental.htm>. Acesso em 22/03/2015>. Acesso em 21/10/2009

- ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para o Refugiados, 2015. Disponível em <<http://www.unhcr.org/pages/49e485e16.html>>. Acesso em 15/03/2015.

- DAUDÉN, Laura e SUZIN, Giovana Moraes. Nem Guerra nem Paz: Três décadas

- de Conflito no Saara Ocidental. Tinta Negra Bazar Editorial, Rio de Janeiro, 2011.
- GARCÍA, Alejandro. Historias del Sahara: el Mejor y el Peor de los dos Mundos. Madrid. Los Libros de la Catarata, 2001.
 - ICJ. International Court of Justice, outubro de 1975. Summary of the Summary of the Advisory Opinion of 16 October 1975. Disponível em <http://www.icjciij.org/docket/index.php?sum=323&p1=3&p2=4&case=61&p3=5> >. Acesso em 22/01/2015.
 - HUMANS RIGHT WATCH. Off The Radar: Human Rights in the Tindouf Refugee Camps, 2014.
 - KHADAD, Mhamed. University of Pretoria, 2008.
 - LEANDRO, José Eduardo Garcia. A missão MINURSO no Sara Ocidental, 2005.
 - McCOULL, Chad. Morocco and Western Sahara, 2008. Journal of Mine Action. Disponível em <http://www.jmu.edu/cisr/journal/11.2/profiles/mccoull/mccoull.shtml> >. Acesso 21/11/2009
 - MEDEA. European Institute for Research on Mediterranean and Euro-Arab Cooperation, 2003.
 - MIGDALOITZ, Carol. Western Sahara: Status of Settlement Efforts. *Congressional Research Service*, 2008.
 - MS. Ministério da Saúde, 2009. Disponível em <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2010/matriz.htm#recur>. Acesso 20/03/2015
 - NOVA ENCICLOPÉDIA LAOUROSSE. Ed. Leonel Oliveira. Lisboa: Círculo de Leitores, 2007.
 - PAM. Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas, 2015. Disponível em <http://www.wfp.org/news/news-release/un-agencies-algeria-urge-continued-food-assistance-refugees-western-sahara> >. Acesso em 15/02/2015.
 - PENNA Filho, Pio. A Difícil e Esquecida Questão do Saara Ocidental. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2010.
 - QUARANTE, Olivier. Le Monde Diplomatic Brasil, 2014. Disponível em <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1612> >. Acesso 15/03/2015.
 - SHELLEY, Toby. Behind the Baker Plan for Western Sahara. Middle East Report Online, 2003.

- UNITED NATIONS. Peace Plan for self-determination of the people of Western Sahara, 2003.
- UNIVERSITY OF PENNSYLVANIA. Western Sahara: Houston Agreement, 1997.
- THEOFILOPOULOU, Anna. The United Nations and Western Sahara: A Never-ending Affair. *United States Institute of Peace*, 2006.
- VILAR, Juan B. Franquismo y Descolonización Española em África. *Universidad de Murcia*, 2011.
- ZOUBIR, Yahia H. La Tercera vía: Realpolitik frente a legalidade internacional. *Nación Árabe*, vol. 15, n 45, 2001.

Sites consultados:

<https://news.vice.com/>

<http://www.wfp.org/>

<http://www.unhcr.org/>